

# **O ESTADO COMO AGENTE EDUCADOR: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL**

Anita Baraldi Rolim  
Célia Neves Félix

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca refletir sobre a influência do Estado e do capital sobre a educação e a sociedade, por meio seus aparelhos ideológicos, a fim de utilizar dessas estratégias para educar o consenso e tornar o processo hegemônico, assim influenciando diretamente a formação continuada docente.

Neste sentido, estabelece-se como objetivo: analisar e compreender como o Estado se requalifica como agente educador hegemônico e suas principais estratégias para educar o consenso, de modo a influenciar diretamente na área educacional e em suas políticas públicas, a serviço do capital, influenciando na formação continuada docente.

Para tanto, de acordo com Neves (2005) é necessário verificar importantes práticas pedagógicas constitutivas da corrente da pedagogia da hegemonia representada pela Terceira Via - nova social democracia - que vem recriando e transformando a realidade do sistema capitalista, por meio do aumento da exploração do trabalho humano.

Os principais autores que fundamentam este trabalho são Neves (2005), Dourado (2019), Bizerra e Gois (2014) e Moll et al. (2012) que são fundamentais para a discussão de caráter metodológico, considerando suas reflexões sobre a temática.

Neste sentido, este trabalho identifica e desvela o processo da conjuntura histórica de redefinição dos fundamentos e práticas exercidas pelo poder estatal brasileiro, no sentido da consolidação e aprofundamento do projeto burguês para atualidade, de modo a educar o consenso no âmbito educacional e social, mediante as políticas públicas.

## DESENVOLVIMENTO

A chamada Terceira Via propõe que o Estado assuma o papel pedagógico - como agente educador - de modo que consolide a coesão social e a ação voluntária dos sujeitos, mediante estratégias utilizadas pelo governo a fim de atingir o consenso com ações amenizadoras, deste modo a sociedade fica submissa a essa hegemonia estatal mediante ações coercitivas, assim como a educação, que fica a mercê desta situação, afetando as escolas, a formação continuada dos profissionais da educação e consequentemente a qualidade de ensino (Neves, 2005).

Segundo Neves (2005) a Terceira Via com suas estratégias burguesas de dominação social, utiliza-se da escola para articular e influenciar a educação como uma estratégia de mercado, influenciando em suas diretrizes por meio de reformas educacionais, que além de realinhar todo o processo formativo em relação as demandas do capitalismo, diminuem ao máximo as perspectivas de difusão das contra-hegemonia no ambiente escolar.

Dourado (2019, p. 11) reflete sobre essas ideias ao afirmar que:

[...] por meio do reforço da agenda neoliberal e ultraconservadora, cujas sinalizações e políticas caminham para o aprofundamento das políticas de ajustes neoliberais, incluindo [...] retrocessos nas agendas das políticas públicas e, no campo educacional, por redirecionamento conservador das políticas para a área, pela secundarização do PNE e por expressivos cortes nos orçamentos, com especial destaque para as instituições de educação superior federais e para a educação básica pública, entre outras.

Desta forma, essas afirmações vêm comprovar o quanto é expressivo a hegemonia exercida pelo poder estatal, e o quão prejudicial é para a área educacional, uma vez que os professores são subordinados a essas constantes mudanças nas políticas públicas educacionais, havendo um enorme retrocesso, influenciando inclusive na formação integral dos alunos. Diante disso, pode-se verificar também, que com a secundarização do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014 e com algumas ações de congelamento das despesas nos últimos anos, especial a do ensino superior público, é acarretado um imenso impacto nas políticas sociais e educacionais.

Neste sentido, este cenário de retrocessos sociais, ocorrido nos últimos anos, ligados diretamente ao conservadorismo e sem precedentes nas políticas

educacionais do país inviabiliza a materialização de políticas educativas já conquistadas pela sociedade brasileira.

Mediante a apropriação burguesa do Estado, as estratégias modernas de convencimento político social, de repolitização da classe trabalhadora como destaca Neves (2005) tem redirecionado o foco de lutas políticas resultando em uma possível fragmentação e subordinação dos movimentos sociais às diretrizes burguesas, por meio de novos sujeitos políticos surgidos nas últimas décadas tais como Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OSs), Fundações e Institutos organizados pela sociedade civil brasileira.

Para corroborar com essas ideias, Moll, et al. (2012, p. 485) evidencia que:

[...] novos atores passaram a compor o campo das relações institucionais das ONGs, como as agências de financiamento e, sobretudo, as empresas que se alinhavam à perspectiva da responsabilidade social privada. Uma das decorrências desse processo foi a hegemonia dos chamados “projetos sociais”, que instituíam simultaneamente uma modalidade específica de captação de recursos financeiros e um modo peculiar de organizar as estratégias educativas.

Nesta perspectiva, Neves (2005) aponta que esses aparelhos produtores da hegemonia utilizaram-se de diversas frentes na formação de um consenso, visando a propagação de novos padrões de sociabilidade e abrangendo papéis estratégicos a fim de difundir a nova cultura cívica neoliberal, sendo eles principalmente três aparelhos privados, a mídia, a escola e as igrejas.

Segundo Mézáros (2002, p. 97 *apud* BIZERRA; GOIS, 2014, p. 82) “o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico”, ou seja, uma estrutura de organização e controle que envolve o capital, o trabalho e o Estado, gerando assim, uma alienação e o controle social, sendo articulado diretamente com a educação a fim de submissão dos docentes e alunado.

Dourado (2019, p. 16) afirma ainda que “a reversão desse cenário de retrocessos requer a busca por políticas e ações, envolvendo a sociedade civil e política, mediante alteração substantiva da agenda política, econômica e educacional vigentes no país”.

Desta forma, para a reversão desse cenário, em que houve grandes retrocessos, por meio de ações do poder estatal e seus aparelhos ideológicos hegemônicos, a fim de educar o consenso, utilizando a educação como uma

estratégia de mercado, e conseqüentemente, fazendo com que os professores fiquem sujeitos as imposições do Estado, é importante que haja o fortalecimento e engajamento da sociedade na defesa da democracia.

## CONCLUSÕES

O Estado como agente educador hegemônico e o capital influenciam diretamente na área educacional e na área social, uma vez que utilizam-se de seus aparelhos ideológicos e estratégias burguesas de consentimento, para tornar o processo hegemônico e a classe trabalhadora ficar a mercê dessas exigências e imposições das políticas públicas que viabilizam a dominação e exploração social do poder estatal, consolidando a coesão social e a ação voluntária dos sujeitos.

Desta forma, essas ações estatais relacionadas ao projeto burguês da Terceira Via refletem diretamente nas políticas públicas educacionais – que tiveram significativos retrocessos nos últimos anos - de modo que os docentes e as diretrizes curriculares e políticas das escolas ficam submissos as imposições feitas pelo Estado-burguês, que visa exclusivamente o aumento do capital, negligenciando a qualidade de ensino, de modo a articular e influenciar a educação como uma estratégia mercantil.

Logo, é de suma importância o fortalecimento e engajamento da sociedade na defesa da democracia e na transformação social, para assim buscar realmente uma sociedade igualitária.

## REFERÊNCIAS

BIZERRA, F. A.; GOIS, J. C. S. Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

DOURADO, L. F. Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, n. 1, 2019.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

NEVES, L. M. W. **A nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para educar o consenso**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2005.